

---

**SORRI - BAURU**

**CNPJ: 47.641.907/0001-01**

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos  
Auditores Independentes**

**31 de dezembro de 2025 e 2024**



**SORRI BAURU**  
**CNPJ: 47.641.907/0001-01**

**SORRI BAURU**

**CNPJ 47.641.907/0001-01**

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	Reclassificado		PASSIVO	Nota	Reclassificado	
		2025	2024			2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	4	8.348.460	11.224.183	Fornecedores	11	1.302.060	1.441.508
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	4	3.823.834	1.525.208	Obrigações Trabalhistas	12	4.356.836	3.379.152
Faturas a Receber	5	208.770	1.071.136	Obrigações Fiscais e Sociais	13	1.577.935	1.344.872
Convênios a Receber	6	-	104	Convênios a Realizar	14	4.372.549	9.825.186
Adiantamentos	8	886.649	284.356	Empréstimos e Financiamentos CP		202.595	267.712
Estoques	7	769.840	262.525	Adiantamento de Clientes		87.781	162.475
Despesas Antecipadas		36.001	27.355	Acordos Judiciais a Pagar		-	45.224
		<b>14.073.553</b>	<b>14.394.868</b>			<b>11.899.756</b>	<b>16.466.128</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Imobilizado Líquido</b>	9	<b>40.450.435</b>	<b>39.795.581</b>	Contingências	15	-	88.000
Imobilizado sem restrição	9.1	42.683.026	40.475.184	Receitas Diferidas	16	2.140.171	2.205.204
(-) Depreciação Acumulada sem restrição	9.1	(2.508.873)	(1.805.422)	Empréstimos e Financiamentos LP		29.386	-
Imobilizado com restrição	9.2	756.543	1.443.800			<b>2.169.557</b>	<b>2.293.204</b>
(-) Depreciação Acumulada com restrição	9.2	(480.260)	(317.980)				
<b>Intangível Líquido</b>		<b>142.191</b>	<b>172.285</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Intangível	10	178.237	173.097	Patrimônio Social	17	151.718	813.032
(-) Amortização Acumulada	10	(36.045)	(812)	AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial	17.a	35.397.610	34.556.711
		<b>40.592.626</b>	<b>39.967.866</b>	Resultado do Exercício	17.b	5.047.539	233.659
					17	<b>40.596.867</b>	<b>35.603.402</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>54.666.179</b>	<b>54.362.734</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>54.666.179</b>	<b>54.362.734</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.  
Bauru, 31 de dezembro de 2025.

**SORRI BAURU**  
CNPJ 47.641.907/0001-01  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>RECEITA</b>	<b>18</b>	<b>62.517.041</b>	<b>45.080.150</b>
Contratualização SUS		7.027.296	6.426.730
Receitas com Convênios e Particulares	<b>19</b>	5.769.063	5.146.911
Receitas com Produtos e Serviços	<b>19</b>	2.300.380	2.146.365
Recurso de Convênio - ESF		30.789.198	22.723.485
Recurso de Convênio - Educação		6.318.611	5.452.983
Recurso de Convênio - SEID		1.691.658	1.528.816
Recurso de Convênio - Específicos		1.142.027	146.238
Recurso de Convênio - Inclusão Produtiva		2.292.630	119.402
Recurso de Convênio - Pronas Artes e Esporte		137	49.770
Recurso de Convênio - Equoterapia		79.444	28.870
Recurso de Convênio Carla Morando		50.000	-
Recurso de Convênio - Siconv		-	58.540
Recurso de Convênio Milton Sardim		778.321	-
Recurso de Convênio Fabiano Mariano		258.507	-
Recurso de Convênio Alexandre Padilha		-	100.000
Recurso de Convênio Longe Vida		326.355	-
Recurso de Convênio Jose Segalla		771.380	-
Receitas com Doações e Contribuições		995.687	569.660
Receitas com Promoções e Eventos		124.994	220.829
Recurso de Convênio Chiara Ranieri		15.004	146.125
Recurso de Convênio Edson Miguel		44.253	53.375
Recurso de Convênio Marcelo Afonso		282.334	100.871
Recurso de Conv. Transposição Lei 7.76022.11.23		915.111	52.724
Emenda Impositiva Mane Losila		213.400	-
Emenda Impositiva Mane Losila Art. Nº. 107		-	2.984
Emenda Impositiva Marcos De Souza Art. Nº. 13		50.000	1.990
Emenda Impositiva Locadora Art. Nº. 38		48.769	1.990
Emenda Impositiva Locadora Art. Nº. 44		51.231	1.492
Recurso de Convênio Pastor Bira Art 183		181.250	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>62.517.041</b>	<b>45.080.150</b>
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>20</b>	<b>(67.584.757)</b>	<b>(53.674.954)</b>
Custos dos Produtos e Serviços Próprios		(24.182.976)	(23.950.244)
Custos com Execução de Convênios - ESF		(24.668.189)	(22.414.344)
Custos com Execução de Convênios - PSF		(5.798.171)	-
Custos com Execução de Convênios - Educação		(6.267.677)	(5.284.776)
Custos com Execução de Convênios - Emídio de Souza		-	(1.061)
Custos com Execução de Convênios - SEID		(1.691.658)	(1.563.361)
Custos com Execução de Convênios - Específicos		(561.833)	(179.163)
Custos com Execução de Convênios - Inclusão Produtiva		-	(110.275)
Custos com Execução de Convênios - Pronas Artes e Esporte	<b>23 a</b>	(39.715)	(57.880)
Custos com Execução de Convênios - Equoterapia		(79.444)	(26.454)
Custos com Execução de Convênios - Ouvir o Futuro		(95.138)	-
Custos com Execução de Convênios - Viva Ativo		(83.334)	-
Custos com Execução de Convênios - Siconv		(33.524)	(87.397)
Custos com Execução de Convênios - Longe Vida		(326.355)	-
Custos com Execução de Convênios - Criança Esperança		(149.503)	-
Custos com Execução de Convênios - UNIMED		(17.731)	-
Custos com Execução de Convênios - Chiara Ranieri		(15.004)	-
Custos com Execução de Convênios - Edson Miguel		(38.128)	-
Custos com Execução de Convênios - Fabiano Mariano		(258.507)	-
Custos com Execução de Convênios - Jose Segalla		(771.380)	-
Custos com Execução de Convênios - Lokadora		(96.518)	-
Custos com Execução de Convênios - Manoel Losila		(210.416)	-
Custos com Execução de Convênios - Marcelo Afonso		(276.863)	-
Custos com Execução de Convênios - Marcos Souza		(48.010)	-
Custos com Execução de Convênios - Milton Sardim		(778.321)	-
Custos com Execução de Convênios - Pastor Bira		(181.250)	-
Custos com Execução de Convênios - Transposição Orçamentaria		(915.111)	-
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(5.067.717)</b>	<b>(8.594.804)</b>
<b>DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas Gerais e Administrativas		(1.231.410)	(326.598)
Despesas de Depreciações		(797.952)	(297.932)
Outras receitas operacionais		888.333	219.567
Financeiras Líquidas		51.969	59.600
Isenções Previdenciárias Usufruidas	<b>22</b>	11.155.745	9.173.826
Receitas com Subvenções		48.569	-
		<b>10.115.256</b>	<b>8.828.463</b>
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>17.b</b>	<b>5.047.539</b>	<b>233.659</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.  
Bauru, 31 de dezembro de 2025.



SORRI BAURU  
CNPJ: 47.641.907/0001-01

**SORRI BAURU**  
CNPJ 47.641.907/0001-01  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(valores expressos em reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AAP - AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT DÉFICIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>2.184.012</b>	<b>-</b>	<b>(802.811)</b>	<b>1.381.201</b>
Transferência do Déficit para Patrimônio Social	(802.811)	-	802.811	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(568.168)	-	-	(568.168)
AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	34.556.711	-	34.556.711
Superávit do Exercício Corrente - 2024	-	-	233.659	233.659
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>813.032</b>	<b>34.556.711</b>	<b>233.659</b>	<b>35.603.402</b>
Transferência do Superávit para Patrimônio Social	233.659	-	(233.659)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(894.973)	840.898	-	(54.075)
AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Superávit do Exercício Corrente - 2025	-	-	5.047.539	5.047.539
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>151.718</b>	<b>35.397.610</b>	<b>5.047.539</b>	<b>40.596.867</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.  
Bauru, 31 de dezembro de 2025.

**SORRI BAURU**  
CNPJ 47.641.907/0001-01  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(valores expressos em reais)

Método Indireto	2025	2024
<b>1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Resultado do Exercício	5.047.539	233.659
Depreciação	900.964	297.932
AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	34.556.711
Contingências	(88.000)	88.000
Ajuste de Exercícios Anteriores	(54.075)	(568.168)
Receitas Diferidas	(65.033)	533.376
(=) Resultado Ajustado	<b>5.741.395</b>	<b>35.141.510</b>
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Faturas a Receber	862.366	(221.765)
Convênios a Receber	104	(538.327)
Adiantamentos	(602.293)	360.760
Estoques	(507.314)	741.940
Despesas Antecipadas	(8.646)	(20.715)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante	<b>(255.782)</b>	<b>321.892</b>
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	(139.448)	643.783
Obrigações Trabalhistas	977.685	(480.664)
Obrigações Fiscais e Sociais	233.063	58.757
Convênios a Realizar	(5.452.637)	(7.212)
Adiantamento de Clientes	(74.694)	101.023
Acordos Judiciais a Pagar	(45.224)	45.224
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	<b>(4.501.256)</b>	<b>360.911</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)</b>	<b>984.357</b>	<b>35.824.312</b>
<b>2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
Aquisição do Imobilizado	(1.520.642)	(151.444)
AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(34.556.711)
Baixas do Imobilizado	57	(508.813)
Intangível	(5.139)	(172.279)
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.525.724)</b>	<b>(35.389.247)</b>
<b>3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>		
Empréstimos e Financiamentos	(35.731)	(212.858)
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(35.731)</b>	<b>(212.858)</b>
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)</b>	<b>(577.097)</b>	<b>222.207</b>
<b>SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.749.391</b>	<b>12.527.184</b>
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO</b>	<b>(577.097)</b>	<b>222.207</b>
<b>SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.172.294</b>	<b>12.749.391</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.  
Bauru, 31 de dezembro de 2025.

(valores expressos em reais)

## 1. Contexto Operacional

A SORRI Bauru (“Entidade”), com sede na Avenida Nações Unidas no 53-40 – Jardim Colonial – Bauru/SP iniciou suas atividades em 1976, como entidade privada sob forma de organização social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a realização de ações dirigidas à promoção da saúde, assistência, ensino, educação, esporte, cultura, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, atuando também em regime de parceria com pessoas, grupos, empresas privadas, órgãos governamentais, não governamentais e associações congêneres, para favorecimento do desenvolvimento pessoal, integração social e profissional, de pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva, visual, social, com necessidades educacionais especiais e do portador de hanseníase, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso visando sua emancipação.

Em 31 de março de 2010, o Decreto Estadual nº 53.375/08 e Decreto Municipal 13.743/2021 qualificou a Sorri Bauru como organização social da área da saúde. Sua missão é promover os direitos humanos com ênfase nos direitos das pessoas com deficiência.

As atividades da Entidade são suportadas financeiramente por meio de convênios firmados com os governos federais, estaduais e municipais, parcerias com organizações particulares, órgão oficiais estatais, nacionais ou internacionais e vendas de produtos e prestação de serviços, campanhas e doações.

Em 06 de outubro de 1977, foi declarada como Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2.030.

A Utilidade pública estadual foi declarada pela Lei nº 2.686 de 30 de dezembro de 1980.

A Portaria SAS/MS nº 733 de 02 julho de 2013, habilitou a Sorri Bauru como Centro Especializado em Reabilitação e Oficina Ortopédica (CER III), que faz parte da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência do Sistema Único de Saúde.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 9.580/2018 e artigo 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo no 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma organização social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

## 2. Base de Preparação

### a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

### b) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real.

#### **d) Uso de Estimativas e Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa no 3.a – Instrumentos Financeiros;
- Nota Explicativa no 3.d – Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa no 15 – Provisão para contingências;

### **3. Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **a. Instrumentos Financeiros**

##### **Ativos e passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade estorna um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### **Recursos vinculados a projetos**

Representam os saldos de bancos, conta movimento e aplicações contábeis que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações de projetos a realizar.

### **Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

### **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge.**

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras).

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

### **Gestão de risco de capital**

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

### **Riscos associados**

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações contábeis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, a Entidade está sujeita aos fatores de:

### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações contábeis. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

#### **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas com projetos**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados nos Projetos são registrados da seguinte forma, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC07 (R1):

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício;
- Aquisição de bens: quando ocorre a aquisição de bens são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados);
- Rendimentos de aplicações contábeis: quando ocorre o rendimento de aplicações contábeis de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos no passivo circulante.

- Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados aos projetos são nulos, pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventuais superávits ou déficits apurados pela Entidade corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo projeto, sendo esses valores imateriais nas operações da Entidade.

#### **c. Estoques**

Os estoques são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

#### **d. Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

##### **Depreciação**

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	<b>Anos</b>
Edificações e benfeitorias	60
Máquinas e equipamentos	20
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Equipamentos de informática	03

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### **e. Redução ao valor recuperável – impairment**

##### **i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica

que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

## **ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

#### **f. Benefícios a empregados**

##### **Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

##### **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

#### **g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### **h. Obrigações Fiscais e Sociais**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos no 167 a no 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto no 3.000 de 26/03/99 e Artigo no 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo no 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

**i. Aspectos ambientais**

As instalações da Entidade são sujeitas às regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**j. Determinação do Valor Justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**Caixa e equivalentes de caixa**

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

**Contas a receber e outros créditos**

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos contratos de convênios. Maiores detalhes sobre os projetos estão detalhados na Nota 14.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Recursos Sem Restrição</b>	<b>8.348.460</b>	<b>11.224.183</b>
Caixa	9.290	601
Conta Corrente - Sem Restrição	8.339.170	11.223.582
<b>Recursos Com Restrição</b>	<b>3.823.834</b>	<b>1.525.208</b>
Conta Corrente - Com Restrição	3.823.834	1.525.208
Aplicações - Com Restrição	-	-
<b>Total de Recursos</b>	<b>12.172.294</b>	<b>12.749.391</b>

## 5. Faturas a Receber

Refere-se aos valores de serviços prestados e produtos vendidos para convênios com empresas, pessoas jurídicas e pessoas físicas e serão recebidos pela Entidade conforme os respectivos vencimentos.

<b>Faturas a Receber</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Duplicatas a Receber	115.885	978.753
Devoluções a Receber	92.189	92.189
Faturas Pessoa Jurídica	696	195
<b>Total</b>	<b>208.770</b>	<b>1.071.136</b>

## 6. Convênios a Receber

<b>Convênios a Receber</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Conv. Municipais	-	79
Demais Convênios	-	25
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>104</b>

## 7. Estoques

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Materiais de Uso e Consumo	462.195	222.785
Estesiômetro	107.602	39.740
Materiais para Reabilitação	180.868	-
Materiais de Ortopedia	19.175	-
<b>Total</b>	<b>769.840</b>	<b>262.525</b>

## 8. Adiantamentos

<b>Adiantamentos</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Adiantamento a Fornecedores	576.125	226.061
Adiantamento a Funcionários	310.524	58.295
<b>Total</b>	<b>886.649</b>	<b>284.356</b>

## 9. Imobilizado

### 9.1 Imobilizado Recurso Próprio

<b>Imobilizado - Recurso Próprio</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Tranf.</b>	<b>31/12/2025</b>
Computadores e Periféricos	330.308	130.781	-	-	461.089
Edificações	37.971.120	1.042.104	-	(24.040.948)	14.972.275
Equipamentos de Reabilitação	210.431	-	-	-	210.431
Ferramentas e Acessórios	27.715	-	-	-	27.715
Instalações	5.400	-	-	-	5.400
Máquinas e Equipamentos	230.158	141.552	-	-	371.710
Móveis e Utensílios	1.084.457	98.087	-	-	1.182.544
Terrenos	428.695	-	-	24.728.148	25.156.843
Veículos	183.892	108.118	-	-	292.010
Outros Veículos	3.008	-	-	-	3.008
<b>Total Imobilizado</b>	<b>40.475.184</b>	<b>1.520.642</b>	<b>-</b>	<b>687.200</b>	<b>42.683.026</b>

(-) Depreciação Imobilizado - Recurso Próprio	31/12/2024	Adições	Baixas	Tranf.	31/12/2025
(-) Edificações	-	(202.583)	-	-	(202.583)
(-) Equipamentos de Reabilitação	(227.638)	(9.069)	-	-	(236.707)
(-) Ferramentas e Acessórios	(25.639)	-	-	-	(25.639)
(-) Móveis e Utensílios	(853.791)	(52.892)	-	-	(906.683)
(-) Máquinas e Equipamentos	(228.454)	(2.703)	-	-	(231.156)
(-) Instalações	(5.385)	-	-	-	(5.385)
(-) Computadores e Periféricos	(271.778)	(12.113)	-	-	(283.891)
(-) Veículos	(188.877)	(13.094)	-	-	(201.972)
(-) Outros Veículos	(3.001)	-	-	-	(3.001)
(-) Livros	(860)	-	-	-	(860)
(-) Deprec. Ativo Antigo	-	(410.997)	-	-	(410.997)
<b>Total Depreciação</b>	<b>(1.805.422)</b>	<b>(703.451)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.508.873)</b>
<b>Saldo Líquido - Recurso Próprio</b>	<b>38.669.761</b>	<b>817.191</b>	<b>-</b>	<b>687.200</b>	<b>40.174.152</b>

## 9.2 Imobilizado Com Restrição

Imobilizado - Com Restrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Tranf.	31/12/2025
Imobilizado em Andamento	687.200	-	-	(687.200)	-
Móveis e Utensílios AUX	63.410	-	-	-	63.410
Equipamentos de Reabilitação AUX	45.000	-	-	-	45.000
Computadores e Periféricos AUX	86.384	-	-	-	86.384
Móveis e Utensílios SICONV	23.150	-	-	-	23.150
Máquinas e Equipamentos SICONV	291.726	-	(57)	-	291.668
Computadores e Periféricos SICONV	18.550	-	-	-	18.550
Comp E Perif Siconv 916724/2021	61.780	-	-	-	61.780
Maq E Equip Siconv 916724/2021	119.616	-	-	-	119.616
Aparelhos E Instrumentos	1.368	-	-	-	1.368
Maquinas e Equip. Gourmet	41.759	-	-	-	41.759
Comput. Gourmet	3.284	-	-	-	3.284
Mov E Utens 3ª Vara Criminal	574	-	-	-	574
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.443.800</b>	<b>-</b>	<b>(57)</b>	<b>(687.200)</b>	<b>756.543</b>

(-) Depreciação Imobilizado - Com Restrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Tranf.	31/12/2025
(-) Móveis e Utensílios AUX	(27.454)	-	-	-	(27.454)
(-) Computadores e Periféricos AUX	(75.019)	-	-	-	(75.019)
(-) Equipamentos de Reabilitação AUX	(26.889)	-	-	-	(26.889)
(-) Móveis e Utensílios SICONV	(12.987)	(29.677)	-	-	(42.664)
(-) Máquinas e Equipamentos SICONV	(90.892)	(3.710)	-	-	(94.602)
(-) Computadores e Periféricos SICONV	(14.191)	(137)	-	-	(14.328)
(-) Maq E Equip Pronas Inclusao Artes Esportes	(2.627)	(27.696)	-	-	(30.323)
(-) Computadores E Perif Siconv (Rodrigo Agostinho)	(36.045)	-	-	-	(36.045)
(-) Maq E Equip Siconv (Rodrigo Agostinho)	(28.440)	(11.961)	-	-	(40.402)
(-) Maquinas e Equip. Gourmet	(2.157)	-	-	-	(2.157)
(-) Comput. Gourmet	(985)	-	-	-	(985)
(-) Mov E Utens 3ª Vara	(294)	-	-	-	(294)
(-) Deprec. Ativo Antigo	-	(89.099)	-	-	(89.099)
<b>Total Depreciação</b>	<b>(317.980)</b>	<b>(162.280)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(480.260)</b>

<b>Saldo Líquido - Com Restrição</b>	<b>1.125.820</b>			<b>(687.200)</b>	<b>276.283</b>
<b>Saldo Líquido Imobilizado</b>	<b>39.795.581</b>			<b>(0)</b>	<b>40.450.435</b>

## 10. Intangível

Intangível	31/12/2024	Adições	Baixas		31/12/2025
Marcas e Patentes	819	-	-		819
Software TOTVS	172.279	5.139	-		177.418
<b>Total Depreciação</b>	<b>173.097</b>	<b>5.139</b>	<b>-</b>		<b>178.237</b>

(-) Amortização Acumulada	31/12/2024	Adições	Baixas		31/12/2025
(-) Marcas e Patentes	(812)	(7)			(819)
(-) Amortização Software	-	(35.227)			(35.227)
<b>Total Depreciação</b>	<b>(812)</b>	<b>(35.233)</b>	<b>-</b>		<b>(36.045)</b>

<b>Saldo Líquido Intangível</b>	<b>172.285</b>				<b>142.191</b>
---------------------------------	----------------	--	--	--	----------------

### 11. Fornecedores

As contas de Fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Os montantes são reconhecidos pelo valor da nota fiscal correspondente.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Diversos	1.302.060	1.441.508
<b>Total</b>	<b>1.302.060</b>	<b>1.441.508</b>

### 12. Obrigações Trabalhistas

Correspondem aos valores dos salários dos funcionários a serem pagos no mês seguinte, provisão de férias.

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a Pagar	1.869.271	1.588.947
Férias a Pagar	2.486.030	1.788.471
Benefícios	1.535	1.734
<b>Total</b>	<b>4.356.836</b>	<b>3.379.152</b>

### 13. Obrigações Fiscais e Sociais

Representa os valores referente a retenções de tributos sobre pagamentos a fornecedores e demais encargos sociais que serão recolhidos em seus vencimentos.

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	604.237	564.182
FGTS	655.201	752.630
INSS	294.091	8.604
ISS	11.030	766
Contribuições	13.378	18.690
<b>Total</b>	<b>1.577.935</b>	<b>1.344.872</b>

### 14. Convênios a Realizar

Apresentamos a seguir os projetos em andamento para os quais os recursos estão disponíveis, valores esses apresentados no passivo circulante da Entidade. São registradas nesse subgrupo, na rubrica denominada Convênios a Realizar, as diferenças entre os valores recebidos referentes aos convênios para custeio e investimentos e as despesas já realizadas pela Entidade.

Os valores apresentando em Convênios a aplicar representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência à medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na Nota Explicativa 3.b, o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

<b>Convênios a Realizar</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
PRONAS PcD	-	5.021
SICONV Projeto Educação	-	20.127
Inclusao Produtiva	5.288	2.198
Esportes sem Limites	129.170	129.170
Ministerio Publico	45.305	45.305
Emenda Parlamentar Daniele Alonso	100.000	-
CER SUS	5.313	-
Emenda Rodrigo Agostinho Siconv	-	4.606
Pronas Inclusão Artes E Esportes	220.997	194.142
Instituto Credicitrus	33.738	33.581
Emenda Parlamentar Carlos Sampaio	-	0
Emenda Parlamentar Baleia Rossi	-	608
Emenda Parlamentar Emidio De Souza	-	665
Vale Transporte Estado	0	0
SEID Municipal	52.925	141.984
Projeto Educação	979.059	807.379
Programa Saúde da Família	1.949.594	7.931.690
Equoterapia	27	25
Comupi/Fumpi Aux	4.684	4.684
Comupi/Fumpi Sub	214.816	13.104
Projeto Criança Esperança	34.827	2.816
3 Vara Criminal	94	27
Tauste	160.000	160.000
Ouvir o Futuro	118.497	-
Obras Secretaria	54.124	54.124
Panetone Tauste	1.960	1.960
Emenda Parlamentar Ricardo Melão	-	(82.565)
Emenda Parlamentar Marina Helou	-	100.646
Avaliação Min. Da Saúde	258.402	250.156
Projeto Levemente	3.731	3.731
<b>Total</b>	<b>4.372.549</b>	<b>9.825.186</b>

## 15. Contingências

A Entidade é parte, como polo passivo, em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Utiliza-se essa conta para registrar valores para cobrir eventuais perdas de pendências que estão sendo discutidas judicialmente e segundo o grau de risco de perda para a entidade, foi dado o respectivo tratamento contábil, tal como exige a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Perda provável = efetua-se lançamento contábil da provisão;
- Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa;
- Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa.

Conforme informações do setor jurídico, em 31/12/2025, não houve a necessidade provisionamento contábil, abaixo, processos de prognóstico Possível, estão assim detalhados:

<b>Nº PROCESSO</b>	<b>POSSÍVEL</b>
0011926-81.2024.5.15.0005	176.799
0010682-20.2024.5.15.0005	115.786
1028870-58.2019.8.26.0071	32.824
	<b>325.409</b>

## **16. Receitas Diferidas**

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre à realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem. Desta forma, a Entidade reconhecerá mensalmente como receita de subvenções em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado respectivo.

## **17. Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício**

O Patrimônio Líquido da SORRI Bauru foi formado pelas doações recebidas acrescidos os déficits e superávits acumulados que são integralizados anualmente após o encerramento do exercício e aprovação pelo Conselho Fiscal da Entidade. Em 2025 a Entidade encerrou o exercício com um Patrimônio Líquido em R\$ 40.596.867.

### **17.a Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP**

Com base na prerrogativa estabelecida pela ITG 10 – Interpretação Técnica Geral, a entidade adotou, em 31 de dezembro de 2024, o critério de custo atribuído (deemed cost) para mensuração inicial do imóvel de sua propriedade, localizado na Avenida Nações Unidas, nº 53-40, Núcleo Presidente Geisel, município de Bauru/SP, com área total de terreno de 35.895,00 m<sup>2</sup> e área construída de 5.100,00 m<sup>2</sup>.

Para fins de mensuração, foi considerado o valor justo apurado por meio de laudo técnico independente, emitido por profissional habilitado (CNAI nº 17190), que atribuiu ao imóvel o valor de R\$ 37.000.000,00. O valor do ajuste reconhecido na contabilidade foi de R\$ 35.397.610, correspondente à diferença entre o valor contábil registrado com base no custo histórico e o valor justo determinado na referida avaliação. Esse ajuste foi registrado diretamente no patrimônio líquido, em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Tal procedimento visa alinhar os registros contábeis à realidade econômica da entidade, em conformidade com os princípios da relevância e da representação fidedigna da informação contábil, e não implicou impacto no resultado do exercício.

### **17.b Superávit do Exercício**

O Superávit do exercício de 2025, no montante de R\$ 5.047.539 após a apreciação pela Assembleia Geral, será acrescido ao patrimônio da Entidade.

### **17.c Ajuste de Exercícios Anteriores**

Em 2025, a Entidade efetuou correções de lançamentos contábeis que somente puderam ser identificadas após o encerramento de exercícios anteriores, portanto os lançamentos são feitos em contrapartida com a conta Ajustes de Exercícios Anteriores, evitando assim, que afetem os resultados correntes da Entidade. O valor ajustado no exercício de 2025 foi de R\$ (54.075).

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o Patrimônio Líquido remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

A Entidade não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores quaisquer eventuais excedentes operacionais anuais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

### 18. Recursos de Convênios

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Contratualização SUS	7.027.296	6.426.730
Receitas com Convênios e Particulares	5.769.063	5.146.911
Receitas com Produtos e Serviços	2.300.380	2.146.365
Recurso de Convênio - ESF	30.789.198	22.723.485
Recurso de Convênio - Educação	6.318.611	5.452.983
Recurso de Convênio - SEID	1.691.658	1.528.816
Recurso de Convênio - Específicos	1.142.027	146.238
Recurso de Convênio - Inclusão Produtiva	2.292.630	119.402
Recurso de Convênio - Pronas Artes e Esporte	137	49.770
Recurso de Convênio - Equoterapia	79.444	28.870
Recurso de Convênio Carla Morando	50.000	-
Recurso de Convênio - Siconv	-	58.540
Recurso de Convênio Milton Sardim	778.321	-
Recurso de Convênio Fabiano Mariano	258.507	-
Recurso de Convênio Alexandre Padilha	-	100.000
Recurso de Convênio Longe Vida	326.355	-
Recurso de Convênio Jose Segalla	771.380	-
Recurso de Convênio Pastor Bira Art 183	181.250	-
Receitas com Doações e Contribuições	995.687	569.660
Receitas com Promoções e Eventos	124.994	220.829
Recurso de Convênio Chiara Ranieri	15.004	146.125
Recurso de Convênio Edson Miguel	44.253	53.375
Recurso de Convênio Marcelo Afonso	282.334	100.871
Recurso de Conv. Transposição Lei 7.76022.11.23	915.111	52.724
Emenda Impositiva Mane Losila	213.400	-
Emenda Impositiva Mane Losila Art. Nº. 107	-	2.984
Emenda Impositiva Marcos De Souza Art. Nº. 13	50.000	1.990
Emenda Impositiva Locadora Art. Nº. 38	48.769	1.990
Emenda Impositiva Locadora Art. Nº. 44	51.231	1.492
<b>Total</b>	<b>62.517.041</b>	<b>45.080.150</b>

### 19. Receitas com Produtos e Serviços

A SORRI firmou parceria com o convênio médico Unimed para atendimentos particulares dos conveniados, isso resultou em um aumento considerável nos atendimentos da entidade, conforme demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Atendimentos Unimed	5.378.676	4.980.058
Venda de Produtos e Serviços	2.623.946	2.293.857
APAS - Assoc. Policial de Assist. a Saúde	66.822	19.362
<b>Total</b>	<b>8.069.443</b>	<b>7.293.277</b>

### 20. Custos com Execução de Convênios

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Custos dos Produtos e Serviços Próprios	(24.182.976)	(23.950.244)
Custos com Execução de Convênios - ESF	(24.668.189)	(22.414.344)
Custos com Execução de Convênios - Siconv	(33.524)	(5.284.776)
Custos com Execução de Convênios - Inclusão Produtiva	-	(1.061)
Custos com Execução de Convênios - Educação	(6.267.677)	(1.563.361)
Custos com Execução de Convênios - Chiara Ranieri	(15.004)	(179.163)
Custos com Execução de Convênios - Edson Miguel	(38.128)	(110.275)
Custos com Execução de Convênios - Fabiano Mariano	(258.507)	-
Custos com Execução de Convênios - Jose Segalla	(771.380)	-
Custos com Execução de Convênios - Lokadora	(96.518)	-
Custos com Execução de Convênios - Manoel Losila	(210.416)	-
Custos com Execução de Convênios - Marcelo Afonso	(276.863)	-
Custos com Execução de Convênios - Marcos Souza	(48.010)	-
Custos com Execução de Convênios - Milton Sardim	(778.321)	-
Custos com Execução de Convênios - Pastor Bira	(181.250)	-
Custos com Execução de Convênios - Transposição Orçamenta	(915.111)	-
Custos com Execução de Convênios - SEID	(1.691.658)	-
Custos com Execução de Convênios - PSF	(5.798.171)	-
Custos com Execução de Convênios - Equoterapia	(79.444)	-
Custos com Execução de Convênios - Especificos	(561.833)	-
Custos com Execução de Convênios - Pronas Artes e Esporte	(39.715)	(57.880)
Custos com Execução de Convênios - Longe Vida	(326.355)	(26.454)
Custos com Execução de Convênios - Criança Esperança	(149.503)	-
Custos com Execução de Convênios - Ouvir o Futuro	(95.138)	(87.397)
Custos com Execução de Convênios - Viva Ativo	(83.334)	-
Custos com Execução de Convênios - UNIMED	(17.731)	-
<b>Total</b>	<b>(67.584.757)</b>	<b>(53.674.954)</b>

## 21. Gratuidade

A Sorri Bauru assina anualmente com as entidades Convênios de Cooperação que estabelecem as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para o custeio das operações necessárias à realização de sua missão estatutária.

A Entidade em atendimento ao inciso II do artigo 9º da LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, apresentou em 2025 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada, conforme demonstrado a seguir:

Competência		Ambulatório		
		SUS	Não-SUS	% SUS
Mês / Ano		Qtde.	Qtde.	Ambulatório
Janeiro	2025	4.991	72	98,58%
Fevereiro	2025	5.630	70	98,77%
Março	2025	5.201	56	98,93%
Abril	2025	5.706	77	98,67%
Mai	2025	5.506	115	97,95%
Junho	2025	5.206	98	98,15%
Julho	2025	3.907	92	97,70%
Agosto	2025	6.024	100	98,37%
Setembro	2025	6.534	101	98,48%
Outubro	2025	7.917	105	98,69%
Novembro	2025	6.246	53	99,16%
Dezembro	2025	3.614	43	98,82%
<b>Total (SEM INCENTIVO)</b>	<b>2025</b>	<b>66.482</b>	<b>982</b>	<b>98,54%</b>

## 22. Isenções Previdenciárias Usufruídas

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros e a Portaria 834/16 – Ministério da Saúde, estão demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2025, como se devido fosse:

	31/12/2025	31/12/2024
INSS - Cota Patronal Usufruída	11.155.745	9.173.826
<b>Total</b>	<b>11.155.745</b>	<b>9.173.826</b>

## 23. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A ATENÇÃO DA SAÚDE

### a) Projeto SORRI BAURU - PRONAS - Inclusão: Artes e Esportes como ferramentas NUP 25000.197052/2019-39

No exercício, a Entidade recebeu repasse no valor de R\$ 136,80, no mesmo exercício foi utilizado R\$ 39.715, restando o montante de R\$ 220.997 a ser utilizado no exercício subsequente.

Portanto, conforme apresentado na nota explicativa 18, o valor registrado de despesa é igual ao valor da prestação de conta, conforme desembolso financeiro, sendo que os demais valores mantem registrado no ativo como bens e direitos e no passivo como obrigação a pagar, por conta da obrigatoriedade de prestação de conta sobre os valores recebidos de órgão públicos, demonstrado em nota explicativa 14.

## 24. Cobertura de Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

## 25. Eventos Subsequentes

### Verbas Parlamentares Aprovadas e Não Recebidas até 31/12/2025

Até o encerramento do exercício de 2025, a SORRI Bauru havia obtido a aprovação de diversas **emendas parlamentares e transferências orçamentárias** para aplicação em ações de reabilitação física, intelectual, auditiva, usuários de OPM e AASI, entre outras. Contudo, os respectivos valores ainda não haviam sido recebidos na data de emissão das demonstrações contábeis.

A seguir, apresentamos o **quadro demonstrativo** das verbas aprovadas com valores correspondentes e data prevista de início das ações:

Vereador	Artigo	Objeto	Valor total
Chiara Ranieri	30	Dispensação AASI / 1 Ap. Auditivo	R\$ 496,84
Chiara Ranieri	57	Estimulação Precoce	R\$ 60.032,12
Edson Miguel	56	Dispensação AASI / 1 Ap. Auditivo	R\$ 100,00
Edson Miguel	82	Dispensação AASI / 43 Ap. Auditivo	R\$ 50.759,20
Fabinano Mariano	107	Reab Intelectual	R\$ 162.056,40
Fabinano Mariano	155	Dispensação OPM / 242 Equipamentos	R\$ 96.621,84
Segalla	120	TEA	R\$ 417.376,40
Segalla	84	Avaliação Diagnóstica e Dispensação OPM / 207 Equipamentos	R\$ 350.000,00
Segalla	85	Dispensação AASI / 229 Ap Auditivos	R\$ 196.621,80
Lokadora	38	Reab Física	R\$ 48.010,44
Lokadora	44	Reab Física	R\$ 48.507,83
Losila	107	Reab Física	R\$ 67.015,66
Losila	149	Dispensação AASI / 160 Ap. Auditivos	R\$ 150.000,00
Marcelo Afonso	128	Dispensação OPM / 415 Equipamentos	R\$ 180.000,00
Marcelo Afonso	129	Reab Intelectual	R\$ 161.150,55
Marcelo Afonso	130	Dispensação AASI / 1 Ap. Auditivo	R\$ 4.600,00
Marcos de Souza	133	Reab Física	R\$ 48.010,44
Milton Sardim	148	Dispensação AASI / 189 Ap. Auditivos	R\$ 146.621,84
Milton Sardim	149	Dispensação AASI / 395 Ap. Auditivos	R\$ 330.000,00
Milton Sardim	165	Reab Física, Intelectual e Equoterapia	R\$ 534.800,70
Pastor Bira	183	Dispensação AASI / 290 Ap. Auditivos	R\$ 267.376,40
Transp orçamentária		Reab Intelectual, Física, Avaliação e Dispensação AASI / 27 Ap. Auditivo	R\$ 965.334,44
<b>Total</b>			<b>R\$ 4.285.492,90</b>

Esses recursos, quando efetivamente recebidos, serão registrados contabilmente de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao terceiro setor, respeitando o regime de competência e os princípios de transparência e fidedignidade das informações patrimoniais e financeiras.

## 26. Autorização Para Conclusão Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de junho de 2026.

## 27. Outras Informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

Bauru, 31 de dezembro de 2025.

LUIS FERNANDO  
MAXIMINO  
BENTO:32920155881

Assinado de forma digital por  
LUIS FERNANDO MAXIMINO  
BENTO:32920155881  
Dados: 2026.06.17 09:00:29  
-03'00'

**Luis Fernando Maximino Bento**  
**Diretor Executivo**  
**CPF 329.201.558-81**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** THAIS MARIA VIEIRA  
Data: 17/06/2026 08:40:08-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Thais Maria Vieira**  
**Contador**  
**CRC 1SP225103/O-7**